

Enfoques metodológicos participativos e agroecologia na política nacional de assistência técnica e extensão rural

Participative methodological approaches and agroecology in the national police of technique assistance and agricultural extension

Cleimon Eduardo do Amaral Dias¹, João Fert Neto¹, Felipe José Comunello², Moisés Savian²

Recebido em 19/12/2006; aprovado em 11/07/2008.

RESUMO

A nova fase do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, iniciada no Brasil em 2003, tem como um dos mais importantes princípios norteadores a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia. Esses princípios possuem como um de seus fundamentos a valorização do conhecimento nativo, também conceituado como tradicional ou local. O presente trabalho pretende discutir essas mudanças na política de ATER no Brasil, trazendo elementos teóricos e conceituais que auxiliem na implantação do novo serviço com bases suficientemente sólidas, para o sucesso da nova fase extensionista. Para tanto, problematiza a idéia de agricultor *tradicional*, ou *nativo*, pois entende que essa conceituação pode ser relativa; e questiona como incluir o agricultor familiar, cuja produção atual assenta-se na tecnologia convencional. O trabalho conclui apontando duas possibilidades: o nativo relativo e as reflexões de Giddens a cerca da modernidade reflexiva.

PALAVRAS-CHAVE: nativo, modernidade reflexiva, extensão rural, agroecologia.

SUMMARY

The new phase of the Brazilian Assistance Technique and Agricultural Extension Service – ATER, initiated in 2003, has as major principles the adoption of

participative methodologies and the technological paradigm based on the agroecology. Those principles are based on the valuation of native knowledge, also called as traditional or local knowledge. This paper intends to discuss the changes in ATER Public Polices in Brazil, bringing theoretical and conceptual elements that help to install a new service with solid bases towards the success of this new extension phase. The idea of traditional or native agriculturist is questioned, since it can be relative. How to include the familiar agriculturist, who bases his production in the conventional technology, in that new phase, is also discussed. The paper concludes pointing out two possibilities: relative native and the reflections of Giddens about reflexive modernity.

KEY WORDS: native, reflexive modernity, agricultural extension, agroecology.

INTRODUÇÃO

O serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER Brasil passou a ser coordenado, no Brasil, pela Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a partir do decreto nº 4739, de 13 de junho de 2003. Serviços dessa natureza deixaram de existir no plano nacional desde 1990 com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER e a conseqüente desativação o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER durante o governo Collor.

¹ Professores Doutores Centro de Ciências Agroveterinárias – Universidade do Estado de Santa Catarina - Av. Luiz de Camões, 2090 - CEP88520-000 - Lages – SC. E-mail: a2cea@cav.udesc.br .

² Graduandos em Agronomia - Centro de Ciências Agroveterinárias – Universidade do Estado de Santa Catarina - Av. Luiz de Camões, 2090 - CEP88520-000 - Lages - SC. E-mails: felipecomunello@yahoo.com.br, moissessavian@yahoo.com.br.

A versão final da nova Política Nacional de ATER – PNATER foi publicada em maio de 2004, após a realização de quatro oficinas regionais e uma nacional, durante o ano de 2003. Entre os princípios dessa Política está a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico, baseado nos princípios da *agroecologia*. Os enfoques participativos, utilizados conjuntamente com a *agroecologia*, têm como um dos seus principais fundamentos a valorização do *conhecimento nativo*, também conceituado como *tradicional* ou *local*.

Este trabalho discute as mudanças na Política de ATER no Brasil, trazendo elementos de ordem teóricas e conceituais para auxiliar na implantação de um novo serviço em bases suficientemente sólidas, objetivando o sucesso dessa nova fase extensionista. Para tanto, problematiza a idéia de agricultor *tradicional*, ou *nativo*, e questiona como incluir aquele agricultor familiar, cuja produção atual assente-se na tecnologia chamada convencional (PNATER, op. cit: 10).

Há duas questões chave nessa problemática. A primeira refere-se à expressão *nativo*, que freqüentemente tem sido usada sem o necessário aprofundamento no seu sentido. É preciso esclarecer, em termos conceituais, quem é “o nativo”, detentor do conhecimento a ser valorizado pela extensão rural agroecológica.

A segunda, mais pragmática, refere-se à questão de se esclarecer quais os agricultores podem ser considerados como *nativos*, já que grande parte dos agricultores tem dificuldades de se incluir na perspectiva agroecológica, por se encontrarem presos ao modelo convencional de agricultura e, por conseguinte, aparentemente ter perdido o conhecimento e o status de *nativo*.

Não se equacionando estas questões e, ao mesmo tempo, desejando-se abranger esses agricultores, aceitam-se formulações teoricamente pouco precisas, presentes nos enfoques participativos, tais como: pesquisa participativa, valores sócio-culturais da comunidade, pesquisa-ação, etc, que, embora reconheçam a existência de alguma cultura nativa, presente em quase todos os agricultores que são o público-alvo, de certa forma, tira-lhes o direito de serem *nativos*, e de *ainda* de serem detentores do conhecimento *nativo*. Daí a necessidade de

responder teórica e metodologicamente estas questões, na perspectiva de contribuir com a construção de novos referenciais.

ANTECEDENTES

A Extensão Rural (E.R.) no Brasil teve início na Década de 1940. Essa introdução coincide com a entrada de serviços semelhantes em toda a América Latina, com base no modelo norte americano. Nos EUA, o serviço foi iniciado pelas Sociedades Agrícolas, que eram sociedades formadas pelos agricultores e suas famílias, com caráter local, as quais criavam núcleos de divulgação de informações elementares sobre agricultura e economia rural. Essas sociedades foram formadas na segunda metade do século XIX; mais tarde foram criados os Institutos Agrícolas, que consistiam em reuniões de um dia com especialistas das universidades; estes duraram até a Década de 1920 (DIAS, 1990).

A entrada da Extensão Rural nos países latino-americanos teve o patrocínio de instituições como o IIAA – Instituto Interamericano para Assuntos da América, as missões de Cooperação Internacional (USOM), a ICA - Administração de Cooperação Internacional, a agência Internacional de Desenvolvimento - AID e o Escritório Técnico de Agricultura Brasil - Estados Unidos (ETA). Todas essas agências eram ligadas ao governo norte-americano. Participaram ainda órgãos internacionais como a FAO - Foods and Agricultural Organization, ligada à Organização das Nações Unidas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o Banco Mundial - BIRD e a Organização dos Estados Americanos. O pano de fundo desse processo foi o desenvolvimento capitalista no país e, portanto, sua penetração no campo, segundo as teses dualistas em voga na época (atrasado X moderno).

O serviço oficial de Extensão Rural no Brasil foi inaugurado com o projeto piloto implantado em Viçosa (MG), Santa Rita do Passa Quatro (SP) e São José do Rio Pardo (SP), embora as atividades extensionistas já estivessem sendo programadas muitos anos antes como assinala Fonseca (1985, p.59). Em 1956 já havia uma extensa rede de escritórios por todo o país, articulada pela ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. Em fevereiro de 1975 a ABCAR deu lugar a

EMBRATER pela criação da segunda, através do Decreto 75.373.

A Extensão Rural no Brasil passou por vários momentos. O primeiro foi ligado ao projeto “educacional extensionista”, levado a efeito durante os vinte primeiros anos (1948-68). O segundo, iniciado em 1968 com as transformações que culminaram com a criação da EMBRATER e do SIBRATER, sob uma perspectiva da “transferência tecnológica”, manteve-se até o início da Década de 80. A partir de meados dos anos 80 houve um debate institucional, mas que todavia não conseguiu cristalizar um novo projeto de assistência técnica ao homem do campo, dando origem ao desmonte do serviço, posteriormente reforçado pela ideologia do “Estado mínimo”, já na década de 90, até o fechamento da EMBRATER.

A partir da gestão empossada no Governo Federal em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, através da Secretaria de Agricultura Familiar – SAF, iniciou a reconstrução de uma política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, até à criação da PNATER.

A AGROECOLOGIA NA PERSPECTIVA DA POLÍTICA NACIONAL DE ATER.

A atual política de ATER está referenciada em um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia. Para o debate sobre a conceituação da agroecologia o MDA/SAF tem apoiado e publicado iniciativas como as de Caporal e Costabeber (2004), entre outros. Como os próprios autores referiram-se várias de suas publicações “guardam um fio condutor comum”. Esse fio condutor seria a associação entre a Extensão Rural pública e a agroecologia, como campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar, que pretende orientar a construção de estilos de agricultura de base ecológica e a elaboração de estratégias de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

As iniciativas de Caporal e Costabeber parecem ser fundamentadoras da nova política de ATER. Não é o caso de analisar as implicações da agroecologia como base de apoio para estratégias de desenvolvimento rural sustentável; mas sim de analisar as implicações teóricas e metodológicas das relações do conhecimento *local/tradicional/nativo*,

com as questões anteriormente levantadas. Sobre isto Caporal e Costabeber (2004) sugerem:

“... orientações metodológicas desenvolvidas ainda na década de 60, por Paulo Freire (1975; 1983), como a Investigação-Ação Participante (IAP), ou de importantes autores como Orlando Fals Borda (1980), que recomendam como método de intervenção, um enfoque de IAP capaz de combinar pesquisa científica, educação de adultos e ação política”. (Caporal e Costabeber, op. cit.).

Na seqüência apontam que:

“... teórica e metodologicamente, é básico para o paradigma agroecológico compreender o conjunto dessas orientações, pois elas apontam para estilos de desenvolvimentos centrados na participação. Nessa perspectiva o conhecimento local torna-se um elemento central, assim como são centrais e devem ser respeitadas as matrizes culturais dos diferentes grupos sociais. (idem, ibidem).

Outros autores servem como base para a política proposta e são citados no documento oficial do Ministério, mas autores com Altieri e Gliessman, ao mesmo tempo em que reforçam a visão norteadora da proposta são eles mesmos referência para Caporal e Costabeber.

QUEM É O NATIVO DETENTOR DO CONHECIMENTO LOCAL?

É preciso agora identificar quem é o *nativo*, detentor do conhecimento local, que a agroecologia trabalha através de enfoques metodológicos participativos, para poder se trabalhar com ele. Esta não é uma questão operacionalmente fácil. Se tomarmos uma definição restrita de que *nativo* é apenas aquele agricultor que mantém uma cultura autóctone, “não contaminada” pela tecnologia capitalista, a extensão rural agroecológica ficará restrita a poucos grupos de agricultores: apenas aqueles cujas

culturas correm risco permanente de desaparecimento. Ao mesmo tempo, estará excluindo da ATER a maior parte dos agricultores que dela necessitam para viver; talvez até por já terem perdido sua cultura tradicional e ao mesmo tempo não poderem alcançar as tecnologias modernas mais competitivas. No entanto, se alargarmos muito o enquadramento de *nativo*, englobando todos os agricultores necessitados, corre-se o risco de descaracterizar a proposta agroecológica, já que não haveria mais *conhecimento nativo* autêntico a ser valorizado.

Para equacionar esse paradoxo, é necessário propor uma abordagem conceitual para a questão de saber quem é nativo. E para isto, parece útil uma analogia à idéia de “nativo relativo”, do antropólogo Viveiros de Castro (2002). Esse autor considera que só se é nativo em relação ao antropólogo; ou seja, a partir de uma relação social entre o antropólogo (o “observador”) e o nativo (o “observado”). O que faz do nativo um nativo é a pressuposição, por parte do antropólogo, de que a relação do primeiro com a sua cultura é natural; isto é, intrínseca e espontânea e, se possível não reflexiva; melhor ainda se for inconsciente.

O técnico *agroecologista* pode ser visto como o antropólogo. Como consequência qualquer um pode ser *nativo*, já que esta classificação é resultado de uma relação específica. O *nativo* não é, necessariamente, um selvagem ou tradicional morador local. Já o antropólogo é alguém que discorre sobre o discurso de um nativo. Mesmo que ambos compartilhem a mesma cultura há uma relação de sentido distinta.

Como observa Viveiros de Castro (op. cit.), o antropólogo usa necessariamente sua cultura; o nativo é suficientemente usado pela sua. Essa perspectiva subverte a idéia antropológica (e agroecológica) de cultura, a qual coloca o antropólogo em posição de igualdade de fato, mas não de direito, com o nativo, uma vez que todo conhecimento antropológico de outra cultura é *culturalmente mediado*. Essa igualdade não é de direito porque não se verifica no plano do conhecimento, já que o antropólogo tem uma vantagem epistemológica sobre o nativo; o discurso do primeiro não se situa no mesmo plano que o discurso do segundo. O sentido que o antropólogo estabelece depende do sentido nativo,

mas é ele quem detém o sentido desse sentido – ele quem explica e interpreta, traduz e introduz, textualiza e contextualiza, justifica e significa esse sentido. O discurso do nativo não detém o sentido de seu próprio sentido.

O mesmo poder-se-ia dizer do extensionista agroecologista em relação ao agricultor nativo. Quem dá sentido e insere a cultura (as técnicas tradicionais) do agricultor dentro da perspectiva agroecológica é o técnico. Como afirmou um agricultor: “nós fazemos agora o que meu avô fazia só que agora [com a proposta de agroecologia] nós sabemos o porquê”.

Como, então, a partir desta idéia o antropólogo / agroecologista pode lidar com esse *nativo relativo* e considerar o seu (o dele) conhecimento como verdadeiro? Várias alternativas podem ser buscadas. Não é intenção deste texto dar conta de responder a isto, mas pode sugerir algumas posturas epistemológicas, como a de abordar o conhecimento nativo através de uma visão antropológica simétrica, como sugere Latour (1994 e 2000), que trata o *conhecimento nativo* e o *científico* como sócio-lógicas distintas, mas equivalentes. Da mesma forma, pode-se partir do pressuposto de que ambos os conhecimentos não são totalidades fechadas em si, como aponta Guivant (1997), reconhecendo a existência de uma heterogeneidade de conhecimento, o que permitiria uma maior margem de manobra para a intervenção.

Há ainda uma questão que pode ser levantada: é plausível falar em conhecimento *nativo / tradicional / local* no atual estágio de modernidade e de globalização intensificadas? Se o binômio tradicional / moderno não responde mais ao modo extensionista de ver o mundo, então qual o significado da extensão rural hoje?

A EXTENSÃO RURAL E O CONHECIMENTO NATIVO NO CONTEXTO DA MODERNIDADE

Desde as suas origens a extensão rural esteve ligada aos esforços para levar a modernização ao campo. Sua relação com a modernidade pode ser visualizada a partir de dois pontos de vista distintos. Por um lado, através da configuração histórica, que a liga à expansão do industrialismo na agricultura (seu papel na “revolução verde”, por exemplo), onde se

firmou como uma prática social institucionalizada, cuja característica principal tem sido a transmissão de conhecimento técnico-científico para agricultores considerados tradicionais. Nessa perspectiva o desenvolvimento é visto como um movimento progressivo em direção a uma forma de sociedade moderna. Esses pressupostos foram incorporados às práticas extensionistas, determinando o papel que a extensão rural deveria cumprir nas políticas de desenvolvimento, contribuindo para configurar as relações entre técnicos e agricultores, assim como o próprio conteúdo da ação. O conhecimento técnico-científico neste caso é colocado sob o ponto de vista da modernidade simples (FERT e DIAS, 2002).

Por outro lado, olhando do ponto de vista da modernidade reflexiva, a intervenção não deixa de ter um sentido modernizante, pois tende a influenciar a mudança de situações “locais” e “tradicionais” para uma outra situação, na qual as redes de conexões são globais e não-tradicionais. A extensão rural também é colocada como um elo entre as práticas dos agricultores e o conhecimento técnico-científico produzido por especialistas, mas, num contexto de modernidade intensificada, o conhecimento técnico-científico tende a assumir um caráter distinto, pois ele deixa de ter um sentido evidente em direção ao “progresso”, tal como na modernidade simples, passando a constituir-se como uma inserção (*input*) de conhecimento a ser aplicado reflexivamente. Mesmo quando se trata de “resgatar” o *conhecimento nativo*. Isto implica na aplicação de conhecimento perito sobre as práticas cotidianas, pois, sob a influência da globalização, há uma tendência a se intensificarem os processos de destradicionalização, de forma a provocar o esvaziamento dos contextos locais de ação, o que coloca para os atores afetados a necessidade de uma reordenação reflexiva desses contextos (GIDDENS, 1996, p. 97).

O resgate do conhecimento nativo requer o desenvolvimento de metodologias adequadas, que por sua vez requerem formulações teóricas que as fundamentem (SCOONES e THOMPSON, 1994). A proposta da agroecologia de recuperação do conhecimento nativo tem contribuído para chamar a atenção sobre a riqueza dos mesmos, especialmente na sua capacidade de lidar com problemas ambientais,

manipulando e tirando vantagens dos recursos e dos processos naturais, mas o *conhecimento científico* e o *nativo* são pressupostos como totalidades homogêneas sem significativas diferenças internas. A associação linear entre o *conhecimento nativo* e os princípios agroecológicos pressupõe uma interpretação estática da história, sem considerar que os atores sociais e seus conhecimentos estão geralmente envolvidos em processos de mudança (GUIVANT, 1997).

Dessa forma, coloca-se para a extensão rural o desafio de situar-se nesses debates, uma vez que o processo extensionista pode ser visto como “invasão cultural”, no sentido atribuído por Freire (1983), sem incorrer em simplificações sobre os significados dos conhecimentos, agência dos agricultores e relações de poder envolvidas nas propostas participativas.

CONCLUSÕES

O serviço de Extensão Rural, nascido há mais de 50 anos, perdeu o passo com as transformações ocorridas no mundo. As bases teóricas e o contexto social atual já não são os mesmos. A Política Nacional de ATER, baseada fundamentalmente na perspectiva da agroecologia, é uma tentativa em responder às necessidades sentidas principalmente pelos agricultores de retorno desse serviço. Porém, a perspectiva agroecológica baseada principalmente na valorização do conhecimento nativo ainda carece de definições do tipo: quem é o nativo? E como atender, no contexto agroecológico, agricultores que aparentemente tenham *perdido* o conhecimento nativo?

Para resolver essas questões é necessário retomar os debates teóricos e repensar as práticas extensionistas. O esforço esboçado neste trabalho na tentativa de contribuir na construção de novos referenciais, imprescindíveis a um trabalho conseqüente em Extensão Rural na perspectiva da agricultura familiar e dentro da ótica agroecológica, neste momento de retomada da política pública federal para Assistência Técnica e Extensão Rural, aponta para duas possibilidades: a de pensar o *nativo* como *relativo*, na perspectiva de Viveiros de Castro (op. cit.); e a do entendimento do atual momento histórico a partir das reflexões de Giddens (1991 e 96) a cerca

da *modernidade reflexiva*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

DIAS, C. E. A. **Espaços de conflito e permanência das agências de estado: o exemplo da extensão rural em Santa Catarina**. [S.l.]: CPDA/UFRRJ, 1990.

FERT NETO, J.; DIAS, C. E. do A. **A extensão rural no contexto da modernidade reflexiva**. Porto Alegre: ALASRU, 2002.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**, São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical**. São Paulo: UNESP, 1996.

GUIVANT, Júlia S. **Heterogeneidade de Conhecimentos no Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília, Cadernos de Ciência e Tecnologia: EMBRAPA, 1997.

GUZMÁN CASADO, M.; GONZALEZ de MOLINA, E.; SEVILLA GUZMÁN **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi – Prensa, 2000.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos. Ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora**. São Paulo: UNESP, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2004.

SCOONES, I. e THOMPSON, J. Knowledge, power and agriculture - towards a theoretical understanding. In: SCOONES, I. e THOMPSON,

J. (eds.), **Beyond Farmer First. Rural people's knowledge, agricultural research and extension practice**. London: Intermediate Technology Publications, 1994.

VIVEIROS de CASTRO, E. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v.8, abr. 2002.